

DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS APROVADOS

7º Encontro Técnico de Fiscalização em Concessões e PPPs pelos Tribunais de Contas

O **Grupo de Trabalho para a Organização Técnica (GT-T)** do 7º Encontro Técnico de Fiscalização em Concessões e PPPs pelos Tribunais de Contas, grupo formado ¹ no âmbito do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas (CT-PPP), este integrante do Instituto Rui Barbosa (IRB), seguindo o constante no *Edital de Convocação para Submissão de Trabalhos* (publicado em 5.6.2025, com período de recebimento de submissões de 5.6 a 10.7.2025), **vem:**

1) **divulgar relação dos 18 (dezoito) trabalhos aprovados, discriminando autores, tribunais de contas e títulos**, conforme anexo único;

2) **informar que foram submetidos 27 (vinte e sete) trabalhos**, tendo havido 1 (uma) eliminação, a considerar que o autor não apresentou o resumo exigido no *Edital de Convocação*;

3) **deixar claro que**, no âmbito do GT-T, **foram formadas 6 (seis) duplas de avaliadores**, tendo sido cumpridas todas as regras constantes no item 4 do *Edital de Convocação*, adotando-se o regime de dupla revisão cega (*double blind review*);

4) **ratificar**, conforme constante no item 4 do *Edital de Convocação*, **que os trabalhos aprovados serão apresentados na programação “fechada” do evento** (restrita a servidores dos Tribunais de Contas), **a ser realizada no dia 1º e no dia 2 de outubro de 2025**, no município de **Salvador-BA** e, ainda, que:

4.1) a data e o horário de apresentação de cada trabalho serão informados aos autores quando concluída a programação do evento, com antecedência mínima de trinta dias do início do 7º Encontro;

4.2) cada exposição deverá respeitar a duração de 15 (quinze) a 20 (vinte) minutos, independentemente da quantidade de autores/coautores, sendo previstos 10 (dez) minutos para debates;

4.3) os custos de deslocamento a Salvador (BA), sejam de passagem, alimentação, hospedagem e de quaisquer outras para participação no evento, serão de responsabilidade de cada candidato e/ou de seu Tribunal de Contas;

¹ Composição do GT-T: Adolfo Sá, coordenador (TCE-PE); Bruno Ventim (TCE-BA); Cinthia Thomazi (TCDF), coordenadora adjunta; Daniel Silva (TCM-BA); Dieisson Castro (TCE-RJ); Eduardo Lenhen (TCE-RS); Fernando Duca (TCE-MG); Fernando Rolim (TCE-PE); Luiz Leite (TCM-BA); Marcos Matos (TCE-BA); Ney Argolo (TCE-SP); Roberto Tadeu (TCE-RS); Simony Jin (TCE-MT).

5) **agradecer a todos os proponentes que submeteram trabalhos**, quer tenham tido suas submissões aprovadas ou não aprovadas, informando-se que será enviado, em breve, “e-mail” para cada um pelo endereço ctppp@irb.org.br;

6) os autores que tiveram suas submissões aceitas ficam objetivamente responsáveis por acompanharem a programação do evento e orientações futuras;

7) caso algum autor, em especial aqueles que não tenham tido suas submissões aprovadas, queira esclarecimentos, deverá enviar solicitação por meio do endereço ctppp@irb.org.br até o dia 1º de agosto de 2025;

8) havendo desistência de algum autor em apresentar o seu trabalho no 7º Encontro Técnico de Fiscalização em Concessões e PPPs pelos Tribunais de Contas, o GT-T poderá decidir em convocar ou não outro autor que submeteu trabalho;

9) os casos omissos neste comunicado de divulgação dos resultados e no *Edital* serão submetidos ao GT-T e, fazendo-se necessário, ao CT-PPP.

Recife (PE), 28 de julho de 2025.

Adolfo Luiz Souza de Sá
Coordenador do GT-T e integrante do CT-PPP/IRB
Auditor de Controle Externo do TCE-PE

Anexo único - DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS APROVADOS

	<i>Autor(es)</i>	<i>Tribunal de Contas</i>	<i>Título do trabalho aprovado</i>
1	Reinaldo Alencar Domingues	TCDF	Avaliação sobre a estruturação de PPPs por Procedimentos de Manifestação de Interesse no Distrito Federal
2	Marcelo Bálbio Moraes	TCDF	IN TCDF nº 1/2024: concepção, fundamentação teórica e principais aspectos
3	Márcio Maia Valois Costa	TCE-BA	Auditorias na governança e gestão dos projetos de PPP do Estado da Bahia
4	Morgana Bellazzi de Oliveira Carvalho	TCE-BA	Experiência de solução consensual de controvérsias em contrato de concessão no TCE-BA: o acordo da Ponte Salvador-Itaparica
5	Daniel do Vale Dantas	TCE-CE	Análise Concomitante Reativa (Pedido de Medida Cautelar/Suspensão) no Edital (após publicação) de PPP para os serviços de Iluminação Pública e Rede Semafórica no município de Fortaleza/CE
6	Henrique Rodrigues Fassbender de Rezende	TCE-ES	Análise concomitante de editais de Parcerias Público-Privadas de esgotamento sanitário: elementos críticos para a qualificação do edital/contrato e os respectivos apontamentos
7	Fernando Bezerra Galvão Morquecho	TCE-PE	A estrutura a termo do Custo de Capital: uma abordagem dinâmica do WACC para a avaliação de projetos de concessão e PPP.
8	Fabiana Ester de Camargo	TCE-RS	PPP em Educação: Análise de três casos
9	Azor El Achkar	TCE-SC	Quando o julgamento compromete a eficiência: análise crítica do critério técnica e preço sob a ótica do TCE/SC em concessões de serviços públicos de saneamento
10	Veríssimo Tarragó da Silva e Fabrício Guimarães do Prado	TCE-SC	Controle Externo em Serviços Funerários: Experiência do TCE/SC na Fiscalização de Concessões Municipais
11	Alexandre Marcos Otoni e Ney Faria Argolo Junior	TCE-SP	Autonomia das Agências Reguladoras x Interferências Externas
12	Alexandre Marcos Otoni e Ney Faria Argolo Junior	TCE-SP	Evolução da modelagem em PPP de Transporte sob trilhos
13	Alexandre Marcos Otoni e Patricia Padrenosso	TCE-SP	A aplicação de reequilíbrio cautelar em contratos de concessão
14	Fernando Marques Vasconcelos Garcia, Renata Coelho Netto e Luna Figueira Neves Alves	TCE-SP	Indicadores de Desempenho em Concessões: Análise Contratual e Propostas de Melhoria
15	Mariana Santos Coutinho da Silva	TCM-BA	Fiscalização consensual e governança: O papel dos Tribunais de Contas no planejamento de contratos de PPPs
16	Vinícius Nunes Ribeiro Silva	TCU	Acompanhamento da Concessão do Canal de Acesso ao Porto de Paranaguá/PR
17	Andre Luiz de Albuquerque Farias	TCU	Avaliação da Maturidade em Projetos de Infraestrutura: A Experiência do TCU com uso do Five Case Model
18	Emerson Machado da Silva	TCU	A Perda de Valor Público em Arrendamentos Portuários: Como a Fragilidade dos Estudos de Demanda Compromete a Eficiência e a Sustentabilidade dos Contratos